

Carla Noura Teixeira

Manual de Direito

INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Inclui Direitos Humanos

5ª edição
2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteadó
Consultoria acadêmica	Murilo Angei Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Ferrino Kelli Priscila Pinto Marika Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Luciano Assis
Revisão	Mariana Góis
Capa	Bruno Ortiga
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Lutz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Teixeira, Carla Noura

Manual de direito internacional público e privado / Carla Noura Teixeira. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
232 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-0721-1 (impresso)

1. Direito internacional público 2. Direito internacional privado
I. Título.

20-0219 CDD 340

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito internacional público 341
2. Direito internacional privado 341.9

Data de fechamento da edição: 4-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605421 CAE 716935

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Apresentação à 5ª edição	9

Parte I – DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo 1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	19
1.1 Introdução	19
1.2 Conceito	20
1.3 Princípios de Direito Internacional Público.....	21
1.4 Sociedade internacional.....	24
Capítulo 2 SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL	27
2.1 Introdução	27
2.2 Estados.....	27
2.3 Organismos internacionais	28
2.4 Organizações não estatais ou outras coletividades	29
2.5 Indivíduo	30

Capítulo 3	RELAÇÃO ENTRE DIREITO INTERNO E DIREITO INTERNACIONAL	33
3.1	Introdução	33
3.2	Correntes doutrinárias	34
3.3	O Direito Internacional e a Constituição Federal	36
3.4	Posição do Supremo Tribunal Federal	38
3.5	Aspectos da Emenda Constitucional n. 45 – § 3º do art. 5º da CF	39
Capítulo 4	FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	47
4.1	Introdução	47
4.2	O Estatuto da Corte Internacional de Justiça	47
4.3	Atos unilaterais	49
4.4	Decisões dos organismos internacionais	49
4.5	Costume internacional	49
4.6	Princípios gerais de direito	50
4.7	Tratados internacionais	50
Capítulo 5	TRATADOS INTERNACIONAIS	51
5.1	Introdução	51
5.2	Estrutura do tratado	53
5.3	Idiomas	53
5.4	Elaboração e expressão do consentimento dos tratados internacionais ...	53
5.5	Vícios do consentimento	55
5.6	Vigência do tratado	56
5.7	Extinção dos tratados internacionais	56
Capítulo 6	ESTADOS	59
6.1	Introdução	59
6.2	Breve reflexão sobre a soberania	61
6.3	Reconhecimento de Estado	62
6.4	Reconhecimento de Governo	62
6.5	Sucessão de Estados	63
6.6	Responsabilidade internacional do Estado	64
6.7	Relações diplomáticas e consulares	65
6.7.1	Relações diplomáticas	65
6.7.2	Relações consulares	65
6.8	Dimensão pessoal do Estado	66
6.8.1	Nacionalidade	66
6.8.2	Lei n. 13.445/2017 – Lei de Migração	67

Capítulo 7 ORGANISMOS INTERNACIONAIS	71
7.1 Introdução	71
7.2 Organização das Nações Unidas (ONU)	71
7.2.1 Estrutura organizacional	72
7.3 Organização Internacional do Trabalho (OIT)	74
7.4 Organização Mundial do Comércio (OMC)	75
Capítulo 8 INTEGRAÇÃO REGIONAL	77
8.1 Introdução	77
8.2 União Europeia	78
8.2.1 Breve histórico	78
8.2.2 Estrutura institucional da União Europeia	86
8.2.3 Fontes jurídicas	87
8.3 Mercosul	88
8.3.1 Noções introdutórias	88
8.3.2 Formação do Mercosul	89
8.3.3 Estrutura do Mercosul	90
8.3.4 Fontes jurídicas	91
8.3.5 A formação de uma união aduaneira “imperfeita”	92
8.3.6 Informações do Mercosul	93
Capítulo 9 CONFLITOS INTERNACIONAIS	95
9.1 Introdução	95
9.2 Meios de solução: diplomáticos, políticos e jurisdicionais	96
9.2.1 Meios diplomáticos	96
9.2.2 Meios políticos	97
9.2.3 Meios jurisdicionais	97
9.3 Cortes internacionais	98
Capítulo 10 DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL	103
Capítulo 11 DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	109
11.1 Introdução ao Direito dos Direitos Humanos	109
11.2 Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos	110
11.2.1 Evolução dos Direitos	112
11.3 A internacionalização dos Direitos Humanos	114
11.3.1 O legado da Segunda Guerra Mundial	115
11.3.2 O Estado como violador dos Direitos Humanos	116
11.4 A Declaração Universal de Direitos Humanos	118

11.4.1	O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	120
11.4.2	O Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais ...	121
11.4.3	A Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993	122
11.5	Sistema de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas	123
11.6	Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos – Convenções Temáticas.....	125
11.6.1	Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio...	125
11.6.2	O Estatuto de Roma referente ao Tribunal Penal Internacional...	126
11.6.3	Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial	128
11.6.4	Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher.....	128
11.6.5	Convenção sobre os Direitos da Criança.....	129
11.6.6	Convenção sobre a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	130
11.6.7	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007	131
11.6.8	Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com Deficiência Visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.....	132
11.7	Sistema Regional de Proteção dos Direitos Humanos	134
11.7.1	A Convenção Americana de Direitos Humanos.....	135
11.7.2	A Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	137
11.7.3	A Corte Interamericana de Direitos Humanos	138
11.8	Para o século XXI.....	141
	Referências (Direito Internacional Público).....	143

Parte II – DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Capítulo 12	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	151
12.1	Denominação	151
12.2	Objeto.....	152
12.3	Conflitos interespaciais	153
12.4	Conflitos interpessoais	153
Capítulo 13	FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	155
13.1	Lei.....	155
13.2	Tratado internacional	156

13.3 Código de Bustamante.....	156
13.4 Jurisprudência.....	157
13.5 Doutrina.....	158
13.6 Direito costumeiro.....	159
Capítulo 14 NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO NO BRASIL	161
14.1 Introdução.....	161
14.2 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).....	162
14.3 Lei de Migração – Lei n. 13.445/2017	164
14.4 Convenção da Apostila da Haia – Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros	165
Capítulo 15 ELEMENTOS DE CONEXÃO	167
15.1 Introdução.....	167
15.2 Domicílio ou <i>lex domicilii</i>	168
15.3 Nacionalidade	169
15.4 <i>Lex rei sitae</i>	170
15.5 <i>Lex loci delicti commissi</i>	171
15.6 <i>Lex fori</i>	171
15.7 Autonomia da vontade.....	172
Capítulo 16 DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL – APORTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO....	175
Capítulo 17 PRECEITOS BÁSICOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	177
17.1 Introdução.....	177
17.2 Ordem pública.....	178
17.3 Fraude à lei	178
17.4 <i>Reenvio</i>	179
17.5 Questão <i>prévia</i>	179
17.6 Adaptação ou <i>aproximação</i>	180
17.7 Alteração de estatuto ou conflito <i>móvel</i>	180
17.8 Direitos adquiridos	180
Capítulo 18 HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	183
18.1 Introdução.....	183
18.2 Homologação de sentença estrangeira no direito brasileiro.....	184

Capítulo 19 ARBITRAGEM INTERNACIONAL	187
19.1 Introdução	187
19.2 Formas de convenção de arbitragem	188
Capítulo 20 CONTRATOS INTERNACIONAIS	189
20.1 Introdução	189
20.2 Distinção entre contratos internos e contratos internacionais	190
20.3 Providências prévias à elaboração do contrato	193
20.4 Autonomia da vontade nos contratos internacionais	197
20.5 Formação do contrato	199
20.6 Cláusulas essenciais ao contrato internacional	207
20.7 Modalidades contratuais	208
20.7.1 Compra e venda internacional	208
20.7.2 <i>Incoterms</i>	211
20.7.3 <i>Factoring</i>	216
20.7.4 O <i>factoring</i> internacional	218
20.7.5 <i>Leasing</i>	221
20.7.6 Modalidades de <i>leasing</i>	225
Referências – (<i>Direito Internacional Privado</i>)	229
Websites	231